



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1747, QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2011

Impasse sobre divisão dos royalties é outra herança maldita de Lula, afirma líder

O impasse sobre a distribuição de royalties de petróleo do pré-sal é outra herança maldita do ex-presidente Lula, que deixou os estados brasileiros em situação delicada. A avaliação é do líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**. Em reunião nessa terça-feira (4), governo e oposição adiaram a análise do veto do petista à emenda Ibsen Pinheiro, que faz divisão mais igualitária entre as unidades federativas.

Pelo acordo, os senadores deverão colocar em votação até 19 de outubro a proposta que define os critérios de repartição. Caso contrário, o Congresso apreciará o veto no dia 26. Eles vão trabalhar em cima de projeto de Wellington Dias (PT-PI), relatado por Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Nogueira alerta que o entrave terá de ser resolvido pelos parlamentares. Segundo ele, o debate caminha para uma ação judicial, pois Rio de Janeiro e Espírito Santo, que têm economia dependente do petróleo, poderão recorrer. "Se ele for derrubado, provavelmente os produtores

vão entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal criando um imbróglio", apontou. "O ex-presidente deixa mais um problema para o país neste momento."

Os estados que extraem o produto sofrem com os problemas ambientais e precisam de tratamento diferenciado por parte da União, que reluta em abrir mão de sua fatia. O que não pode, na visão de Nogueira, é continuar com o sistema atual.

O líder da Minoria, deputado **Paulo Abi-Ackel (MG)**, não aceitará novo adiamento. "Não vamos abrir mão da luta pela distribuição dessas riquezas para todos os municípios do Brasil. Mas não podemos fechar a possibilidade de compensação ao Rio e Espírito Santo", afirma. Na Câmara, Abi-Ackel foi escolhido para compor o grupo responsável por negociar o texto que irá a votação.

Pela regra vigente, apenas unidades produtoras recebem os royalties de bens naturais exploráveis, como gás natural e petróleo.



EXTRAÇÃO

Royalties são valores pagos ao dono de uma patente ou produto, que recebe pela exploração comercial. No caso do pré-sal, as verbas servem como compensação financeira pela extração. Os reservatórios brasileiros estão no fundo do mar, abaixo de uma camada de sal.

Parlamentares consideram um avanço a definição do piso salarial para agentes de saúde

Os deputados **Raimundo Gomes de Matos (CE)** e **Romero Rodrigues (PB)** consideraram uma vitória a aprovação do substitutivo que fixa em R\$ 750 mensais a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. O valor será mantido até 1º de agosto de 2012, quando passará para R\$ 866,89. O texto foi votado pela comissão especial que analisa o assunto.

Para os tucanos, o resultado é um avanço e uma forma de valorizar esses profissionais. "Eles tiveram um grande espaço na saúde pública a partir do governo Fernando Henrique", lembrou Gomes de Matos. "É preciso garantir um piso salarial, plano de carreira e diretrizes para as categorias."

O projeto estabelece o reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e cria um mecanismo para garantir o aumento real. O deputado disse que apresentará requerimento pedindo urgência para apreciar a matéria em plenário.

Romero Rodrigues, por sua vez, comemorou a mudança principalmente por ela ter acontecido na data

em que se celebra o ofício. "Tivemos a oportunidade de valorizá-los com a aprovação desse relatório no Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde", afirmou. "A proposta de R\$ 750 é para 2011. A partir de 2012 haverá um incremento. Essa alta vai, ao longo dos próximos anos, permitir um ganho", completou. O deputado esteve recentemente em Campina Grande com lideranças dos sindicatos e associações do setor para discutir o piso nacional.

A pedido de Gomes de Matos, a Câmara realizou na manhã dessa terça-feira (4) sessão solene em homenagem ao dia dos agentes. A lei que instituiu a data é de autoria do tucano.

Na ocasião, o primeiro-secretário da Casa, deputado **Eduardo Gomes (TO)**, que representou o presidente Marco Maia (PT-RS), destacou a importância desses profissionais, que desenvolvem um trabalho fundamental no combate a doenças. "São essas pessoas que visitam cada moradia da população, exercendo a prevenção de saúde das famílias, especialmente as mais carentes."

R\$ 750

É o piso definido pelo texto aprovado. Em agosto de 2012, o valor subirá para R\$ 866,89.

Câmara vota nesta quarta Estatuto da Juventude e PEC da Música, bandeiras de tucanos

A Câmara votará nesta quarta-feira (5) o projeto de lei que cria o Estatuto da Juventude, com direitos para as pessoas de 15 a 29 anos. O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, destacou o trabalho e a contribuição do ex-deputado tucano Lobbe Neto para a “montagem do conjunto de políticas” para a faixa etária. Neto presidiu comissão especial que deu origem à proposta, relatada por Manuela d’Ávila (PCdoB-RS).

Dispositivos que tratam de orientação sexual geraram impasse e adiaram a votação. Nogueira considerou adequada a abordagem da educação do tema nas escolas. “Temos que tratar este assunto (sexualidade) de uma maneira bastante franca, aberta.”

Vanderlei Macris (SP) ressaltou a importância da matéria a exemplo dos estatutos da criança e do idoso. Ele considerou fundamental o item que trata da veiculação de campanhas explicativas sobre bebida. Relator da comissão especial que discute o alcoolismo, o parlamentar afirma ser “importante mostrar os malefícios da substância para o público até 18 anos”.

De autoria do deputado **Otávio Leite (RJ)**, a Proposta de Emenda à Constituição 98/07, conhecida como PEC da Música, foi incluída na pauta de votações desta quarta. A medida concede isenção de impostos para CDs e DVDs produzidos no Brasil. A sessão extraordinária está marcada para as 9h.

“Temos que tratar este assunto de uma maneira bastante franca, aberta.”

■ Deputado **Duarte Nogueira (SP)**, sobre o projeto que cria o Estatuto da Juventude.

DERIVATIVOS À TAXA DE CÂMBIO

Nessa terça-feira (4) houve a leitura do relatório do deputado Reinhold Stephanes (PMDB-PR) à Medida Provisória 539/11. A matéria institui a cobrança do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) sobre negociações de derivativos vinculados à taxa de câmbio do dólar. O texto também deve ser apreciado hoje.

Rogério Marinho atribui fracasso do ProJovem a falhas de planejamento e aplicação de recursos

O deputado **Rogério Marinho (RN)** atribuiu o fracasso do ProJovem à falta de planejamento e gestão do governo federal. O projeto, com custo de mais de R\$ 3 bilhões, acumula um histórico de falha e descontrole financeiro. Seu eixo principal, o ProJovem Urbano, custou R\$ 1,6 bilhão em seis anos e diplomou 209 mil alunos, apenas 38% dos participantes.

“A administração petista não consegue organizar a aplicação de recursos. Há um desperdício de dinheiro, que vai pelo ralo da corrupção”, criticou. A iniciativa pretendia resgatar adolescentes fora da escola e desempregados. O programa foi cancelado este ano, a coordenadora foi demitida e 87% das prestações de contas entregues não passaram por análise.

Na versão do projeto para o campo, em quatro anos, só 1% dos 59 mil matriculados foi diplomado. E o braço “Trabalhador” é alvo de investigações de direcionamentos para ONGs, segundo “O Globo”. Para o tucano, essa não é a única ação de qualificação profissional que fracassa: o Primeiro Emprego, promessa de campanha do ex-presidente Lula, também teve resultados negativos. @

Ato de apoio à reforma política formatada por petista não tem respaldo em comissão, diz Pestana

O deputado **Marcus Pestana (MG)** criticou o ato público realizado nessa terça-feira (4) em apoio ao parecer do deputado Henrique Fontana (PT-RS) sobre a reforma política. Segundo ele, o evento teve o objetivo de fortalecer o ponto de vista do petista, que não representa a opinião majoritária dos parlamentares da comissão especial que analisa o tema na Casa.

“O colegiado não se reúne há quatro semanas. Para meu espanto, recebemos um convite em nome do mesmo para uma manifestação que ficamos sabendo pela imprensa para fortalecer o texto apresentado por Fontana. A atitude é descabida e absurda”, reprovou.

Para Pestana, os partidos que apoiam o relatório poderiam ter convocado essa reunião, mas sem “usar” o nome do grupo. “A comissão sequer negociou, discutiu e votou a proposta. Isso é uma tentativa de criar um fato consumado e estabelecer uma dinâmica de rolo compressor. Isso não permitiremos”, destacou. “A reforma política não é uma agenda de governo, mas de Estado. O que está em jogo é a democracia no Brasil.” O parecer deve ser apreciado hoje. @

Leia também em nosso blog:

- Ruy Carneiro é eleito presidente de grupo que discutirá plano de banda larga
- Enfraquecimento das agências reguladoras compromete qualidade de serviços prestados à população, alerta ITV
- Nishimori debaterá oportunidades de novos investimentos em missão econômica à Ásia
- Governo Dilma permite atropelo ao Código de Defesa do Consumidor ao aceitar imposições da Fifa
- Direto do Twitter, com os deputados Vanderlei Macris (SP), Romero Rodrigues (PB), Andreia Zito (RJ) e Otávio Leite (RJ)
- Direto do Plenário, com os deputados João Campos (GO) e Raimundo Gomes de Matos (CE)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @ , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo